



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0012280-95.2016.8.26.0566 - 2016/002961**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica**
 Documento de Origem: **BO, IP - 3851/2016 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos, 630/2016 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Réu: **DIEGO CORTEZ EUFRADE**
 Data da Audiência: **28/06/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **DIEGO CORTEZ EUFRADE**, realizada no dia 28 de junho de 2018, sob a presidência do **DR. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, desacompanhado de defensor, tendo o MM Juiz nomeado "ad-hoc" a Defensoria Pública, estando presente neste ato a Defensora **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida a vítima **JOSEFA SOUZA DOS SANTOS**, sendo realizado o interrogatório do acusado. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates, os quais foram realizados em mídia digital (*Manifestações registradas por meio audiovisual, estando disponíveis para consulta de acordo com o artigo 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: VISTOS. DIEGO CORTEZ EUFRADE**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 129, § 9º e artigo 147, *caput*, todos do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/06, em concurso material de crimes, porque, segundo a denúncia, no dia 09 de dezembro de 2016, por volta das 02h10, no interior da residência situada na av. Luiz Ferrari, nº 269, Bairro Bela Vista nesta cidade e comarca de São Carlos/SP, ofendeu a integridade corporal de sua convivente *Josefa Souza dos Santos*, causando-lhe ferimentos de natureza leve, bem assim, ameaçou causar-lhe mal injusto e grave, mediante utilização de um facão A denúncia foi recebida em 14 de fevereiro de 2017 (fl.88/89). Citado, o réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

ofereceu resposta à acusação através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (fls. 133/134). Designou-se audiência de instrução e julgamento (fls. 139/140). Petição por advogado desacompanhada de procuração (fl. 141). Nesta solenidade, procedeu-se à oitiva da vítima e de uma testemunha, interrogando-se o réu ao final. Realizados os debates orais, o Ministério Público opinou pela improcedência da ação penal, tendo a defesa requerido a absolvição. **É o relatório. Decido.** A ação penal é improcedente. Nos termos do artigo 155 do Código de Processo Penal, é inviável a prolação de decreto condenatório com base exclusivamente nos elementos informativos colhidos no curso da investigação. Observa-se que a prova oral produzida, a qual se restringe às declarações da vítima, é insuficiente para o acolhimento da pretensão expressa na denúncia, conforme aliás pontuou o Ministério Público em alegações finais. De fato, a vítima que relatou que se reconciliou com o denunciado, disse que as agressões foram recíprocas e que não é possível atribuir ao réu o início da contenda. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **DIEGO CORTEZ EUFRADE** da imputação de ter violado o disposto no artigo 129, § 9º e artigo 147, *caput*, todos do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/06, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--

Promotor:

Acusado:

Defensora Pública: